



UNODC
Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime



Iniciativa global para a educação e empoderamento
de Jovens na área de combate à corrupção

Ferramentas de apoio ao desenvolvimento de conhecimentos para académicos e profissionais

Série de Módulos sobre Integridade e Ética

Módulo 12 Integridade, Ética e Lei

Ferramentas de apoio ao desenvolvimento de conhecimentos para académicos e profissionais

UNODC Série de Módulos sobre Integridade e Ética

MÓDULO 12

INTEGRIDADE, ÉTICA E LEI



UNODC

Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

Enquadramento

A Série de Módulos UNODC sobre Integridade e Ética oferece 14 Módulos focados numa série de questões centrais dentro destas duas áreas. Isto inclui valores universais; ética e sociedade; a importância da ética nos sectores público e privado; diversidade e pluralismo, ética comportamental; e integração da ética e do género. Os Módulos também ilustram como a integridade e a ética se relacionam com áreas críticas tais como os meios de comunicação social, as empresas, o direito, o serviço público, e várias profissões.

Os Módulos são concebidos para utilização tanto por instituições académicas como por academias profissionais em todo o mundo. Os Módulos foram desenvolvidos para ajudar os docentes e formadores a ministrar educação ética, incluindo aqueles que não são docentes e formadores dedicados a estas áreas, mas que gostariam de incorporar estas componentes nos seus cursos. Os docentes são encorajados a personalizar os Módulos antes de os integrarem nas suas aulas e cursos. Os Módulos incluem discussões sobre questões relevantes, sugestões para atividades e exercícios, recomendações para a estruturação de uma aula, propostas para avaliação dos alunos e formandos, listas de leitura recomendada (com ênfase em materiais de acesso aberto), slides em PowerPoint, materiais em vídeo e outras ferramentas de ensino. Cada Módulo fornece um esboço para uma aula de três horas, bem como orientações sobre como desenvolver um curso completo.

Os Módulos concentram-se em valores e problemas universais e podem facilmente ser adaptados a diferentes contextos locais e culturais, incluindo uma variedade de programas de graduação, uma vez que são multidisciplinares. Os Módulos procuram reforçar a consciência ética e o empenho dos formandos e estudantes em agir com integridade e equipá-los com as competências necessárias para aplicar e difundir estas normas nas suas vidas, no trabalho e na sociedade. Para aumentar a sua eficácia, os Módulos cobrem tanto perspectivas teóricas como práticas, e utilizam métodos de ensino interativos tais como a aprendizagem experimental e o trabalho em grupo. Estes métodos mantêm estudantes e formandos empenhados e ajudam-nos a desenvolver o pensamento crítico, a resolução de problemas e as capacidades de comunicação, todos eles importantes para a educação ética.

Os tópicos dos Módulos foram escolhidos após consultas a nível global com peritos académicos que participaram, em março de 2017, numa reunião de peritos convocada pelo UNODC em Viena, e em três workshops regionais realizados em diferentes partes do mundo, em Abril de 2017. Os peritos enfatizaram a necessidade de uma maior educação sobre integridade e ética a nível global e aconselharam sobre áreas centrais a serem abordadas através dos Módulos. Foi ainda considerado fundamental que os Módulos possam preparar estudantes e formandos para uma ação eficaz orientada por valores, mantenham os estudantes envolvidos, se prestem à adaptação a diferentes contextos regionais e disciplinares, e permitam aos professores e formadores incorporá-los em vários outros cursos.

Para atingir estes objetivos, os peritos recomendaram que os Módulos tenham uma série de características, podendo, em última análise, ser capazes de:

- | | |
|--|--|
| » Ligar a teoria à prática | » Aproveitar as boas práticas dos estudantes e formandos |
| » Enfatizar a importância da integridade e da ética na vida quotidiana | » Ligar a integridade e a ética a outras questões globais e aos ODS |
| » Encorajar o pensamento crítico | » Adotar uma abordagem multidisciplinar e multinível |
| » Sublinhar não só a importância de tomar decisões éticas, mas também demonstrar como as implementar | » Focar na ética global e nos valores universais, deixando espaço para diversas perspectivas regionais e culturais |
| » Utilizar métodos inovadores de ensino interativo | » Empregar terminologia não técnica e clara |
| » Equilibrar a ética geral com a ética aplicada | » Ser de fácil utilização |

Com base nestas recomendações, o UNODC trabalhou durante mais de um ano com mais de 70 peritos académicos de mais de 30 países para desenvolver os 14 Módulos Universitários sobre Integridade e Ética. Cada Módulo foi elaborado por uma equipa central de académicos e peritos do UNODC, e depois revisto por um grupo maior de académicos de diferentes disciplinas e regiões para assegurar uma cobertura multidisciplinar e universal. Os Módulos passaram por um meticuloso processo de aprovação na sede do UNODC antes de serem finalmente publicados online como materiais de fonte aberta. Além disso, foi acordado que o conteúdo dos Módulos seria regularmente atualizado para assegurar que estão em conformidade com os estudos contemporâneos e correspondem às necessidades atuais dos educadores.

O presente instrumento de conhecimento foi desenvolvido pela Seção de Corrupção e Crime Económico do UNODC (CEB), como parte da iniciativa Educação para a Justiça no âmbito do Programa Global para a Implementação da Declaração de Doha.

Termos de Responsabilidade

O conteúdo da Série de Módulos UNODC sobre Integridade e Ética não reflete necessariamente as opiniões ou políticas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Estados Membros ou organizações contribuintes, e também não implica qualquer endosso. As designações utilizadas e a apresentação de material nestes módulos não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do UNODC relativamente ao estatuto jurídico ou de desenvolvimento de qualquer país, território, cidade ou área, ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. O UNODC encoraja a utilização, reprodução e disseminação destes módulos. Salvo indicação em contrário, o conteúdo pode ser copiado, descarregado e impresso para estudo privado, investigação e ensino, ou para utilização em produtos ou serviços não comerciais, desde que seja dado o devido reconhecimento ao UNODC como fonte e detentor dos direitos de autor e que o aval do UNODC às opiniões, produtos ou serviços dos utilizadores não esteja de forma alguma implícito.

As informações disponibilizadas neste documento são fornecidas “tal como estão”, sem qualquer tipo de garantia, expressa ou implícita, incluindo, sem limitação, garantias de comerciabilidade, adequação a um determinado fim e não-infração. Especificamente, O UNODC, não oferece quaisquer garantias ou declarações quanto à exatidão ou integridade destes Materiais. O UNODC poderá, periodicamente e sem aviso prévio, adicionar, alterar, melhorar ou atualizar os Módulos.

Em nenhuma circunstância o UNODC será responsável por qualquer perda, dano ou despesa incorrida ou sofrida que se alegue ter resultado da utilização deste módulo, incluindo, sem limitação, qualquer falha, erro, omissão, interrupção ou atraso em relação ao mesmo. A utilização deste módulo é da exclusiva responsabilidade do Utilizador. Em nenhuma circunstância, incluindo, mas não se limitando, à negligência, o UNODC será responsável por quaisquer danos diretos, indiretos, acidentais, especiais ou consequentes, mesmo que o UNODC tenha sido avisado da possibilidade de tais danos.

As ligações aos sítios da Internet contidos nos presentes módulos são fornecidas para conveniência do leitor e são precisas no momento da publicação (última revisão a 19 de maio de 2022). As Nações Unidas não se responsabilizam pela sua precisão contínua após a publicação deste Módulo ou pelo conteúdo de qualquer website externo.

Reserva de imunidades

Nada neste documento constituirá ou será considerado como uma limitação ou uma renúncia aos privilégios e imunidades das Nações Unidas, que são especificamente reservados.

As Nações Unidas reservam o seu direito exclusivo, a seu exclusivo critério, de alterar, limitar ou descontinuar a página web ou quaisquer Materiais em relação a qualquer aspeto. As Nações Unidas não têm a obrigação de ter em consideração as necessidades de qualquer Utilizador em relação com o mesmo.

As Nações Unidas reservam o direito de negar, a seu exclusivo critério, o acesso de qualquer Utilizador a esta página web ou a qualquer parte da mesma sem aviso prévio.

Nenhuma renúncia por parte das Nações Unidas a qualquer disposição dos presentes Termos de Responsabilidade será vinculativa, exceto conforme estabelecido por escrito e assinado pelo seu representante devidamente autorizado.

Estes módulos não foram formalmente editados.

A versão em língua portuguesa é fruto da colaboração voluntária de professores e alunos de várias universidades dos países de língua portuguesa e reflete o carácter pluricêntrico da língua, sendo possível encontrar textos e palavras com diferentes sintaxes e grafias.

Índice

Introdução	07
Objetivos da aprendizagem	07
Questões Chave	08
Referências bibliográficas	12
Exercícios	13
Exercício 1: Estudos de caso	13
Exercício 2: Definições	17
Exercício 3: Entrevistas	18
Exercício 4: Vídeos	18
Exercício 5: Ensinando integridade, ética e lei	19
Exemplo de estrutura de aula	20
Leitura essencial	22
Leitura Avançada	23
Avaliação dos estudantes	26
Materiais de ensino adicionais	27
Apresentação em PowerPoint	27
Videos	27
Guia para desenvolver uma disciplina autônoma	28



Introdução

Por que algumas ações são lícitas, mas não são éticas, ou são éticas, mas não são lícitas? Este Módulo é projetado para ser usado por professores em várias disciplinas que buscam introduzir os estudantes às ideias de integridade, ética e lei, abarcando o que aqueles conceitos significam e como eles se diferem. Integridade, ética e lei estão na imprensa diariamente e muito frequentemente impactam as vidas dos estudantes, de modo que todos eles se beneficiarão ao ter um claro entendimento dessas ideias e dos desafios que elas suscitam. A discussão de questões legais é elementar, proporcionando ao Módulo formato ideal como um componente em aulas e programas que não são somente os de Direito. No entanto, os estudantes de Direito serão igualmente beneficiados com esse Módulo porque ele introduz uma distinção fundamental que todos os estudantes encontrarão: qual é a diferença entre lei e ética? Desse modo, o Módulo poderia ser integrado a cursos introdutórios em Direito e sistemas legais nacionais, cursos de ética legal ou qualquer curso de Direito que propõem estudar questões de ética.

O módulo se propõe a oferecer um planejamento para uma aula de três horas, mas pode ser utilizado para sessões mais curtas ou mais longas, ou ainda expandido para um curso pleno de Direito (ver: Orientações para o desenvolvimento de um curso único).

O módulo é um recurso para professores. Oferece um planejamento para uma aula de três horas, mas pode ser utilizado para sessões mais curtas ou mais longas, ou ainda expandido para um curso pleno de Direito (ver: Guia para desenvolver uma disciplina autônoma)



Objetivos da aprendizagem

- Compreender os conceitos de integridade, ética e direito, incluindo como se aproximam e como são distintos.
- Compreender e analisar um problema que envolva integridade, ética e direito no domínio público, e criar e avaliar soluções
- Antecipar, identificar e refletir sobre problemas relacionados à integridade, ética e direito em suas próprias vidas.
- Reconhecer a importância da integridade, ética e direito na resolução de desafios que enfrentarão no futuro.



Questões Chave

Direito e ética estão claramente relacionados, nomeadamente ambos refletem valores e norteiam o comportamento, mas não são a mesma coisa. Em algumas ocasiões, a lei parece permitir comportamentos não éticos e prejudiciais, enquanto em outras ocasiões as leis defeituosas levantam mesmo o questionamento se as pessoas as devem ou não cumprir. A integridade coloca outras questões; é um objetivo que vale a pena, mas pode ser alcançado realisticamente? O principal objetivo deste módulo é equipar os alunos com as ideias necessárias para avaliar criticamente questões decorrentes da interação entre integridade, ética e direito.

Conforme utilizado neste módulo, a ética é entendida como um sistema de princípios que orienta como os indivíduos tomam decisões e conduzem as suas vidas. Em contraste com a ética, a integridade é compreendida como uma aplicação coerente de princípios éticos, particularmente a honestidade. Esses conceitos são discutidos extensivamente no Módulo 1 da presente série de módulos, que os professores são aconselhados a revisar, em preparação para este Módulo. No Módulo 1 (Integridade e Ética: Introdução e Estrutura Conceitual), a ética é definida como “a tentativa de chegar a um entendimento da natureza dos valores humanos, de como devemos viver e do que constitui uma conduta correta” (Norman, 1998, p. 1). O módulo 1 refere-se à integridade como “consistência entre crenças, decisões e ações e adesão contínua a valores e princípios” (Malan, 2007, p. 278). Diferente da integridade e ética, a lei é um sistema de regras reconhecidas pela sociedade e aplicadas por meio de sanções de algum tipo.

Este módulo se desenvolve ao longo de três mudanças conceituais. Primeiro, o Módulo explora as compreensões acadêmicas dos três conceitos principais e como eles são diferentes entre si. A “Ética” refere-se a princípios que orientam o comportamento, enquanto a “integridade” sugere que devemos seguir princípios éticos em nossas vidas e atividades diárias, em vez de adotar um ideal e, em seguida, fazer algo contraditório. As discussões sobre integridade frequentemente levantam a questão da honestidade, porque se alguém defende um ideal que não sustenta em sua vida, tal pode ser visto como uma espécie de desonestidade. A “lei” impõe e defende certos valores, como a vida e a proteção dos direitos e propriedade, mas, comparada à ética, as regras legais normalmente estabelecem expectativas mais baixas de comportamento. Por exemplo, a ética pode exigir que alguém ajude um estranho em necessidade, mas a lei normalmente não exigirá isso. Tanto a ética quanto a lei exigem que nos abstenhamos de matar injustamente outra pessoa, mas, embora a violação de uma regra ética possa resultar em críticas e rejeição (Shavell, 2001), a violação de uma regra legal acarreta sanções mais severas, como multas civis ou criminais, prisão, e até a morte em alguns países. Como a violação da lei implica sanções significativamente mais severas do que as regras éticas, apenas o comportamento considerado pela sociedade como verdadeiramente prejudicial ou errado é tornado ilegal.

Um aspecto controverso do conflito entre a ética e a lei é a ideia de que as pessoas podem optar por não seguir uma lei da qual discordam fundamentalmente por motivos éticos. As leis que sustentam a era do apartheid na África do Sul podem ser um exemplo. Outro tipo de lei que algumas pessoas consideram fortemente antiética é a proibição legal da eutanásia (Singer, 1993; BBC, 2014). Nesses casos, as pessoas podem optar pela desobediência civil, afirmando que é aceitável e talvez até necessário em algumas situações, que as pessoas violem leis injustas. Um exemplo de desobediência civil seria daqueles que lutavam pelos direitos civis nos EUA, na década de 1960, e sentavam-se em espaços públicos dos quais eram excluídos, porque naquela época alguns estados dos EUA segregavam legalmente as instalações públicas por raça. Devemos cumprir o que consideramos uma lei injusta ou antiética, a fim de evitar uma sociedade sem lei? Ou é justificável não apenas criticar, mas também se recusar a obedecer a essa lei, a fim de sermos coerentes com os princípios éticos?

Outro exemplo difícil do conflito entre ética e lei é quando a lei parece permitir uma conduta antiética que é extremamente prejudicial. Um exemplo, de longa data em alguns países, é a recusa da lei em punir um adulto que não se prontifique a ajudar uma criança que está se afogando, a quem ele poderia ter salvo, mas optou por não fazê-lo. Eticamente, o adulto é obrigado a socorrer a criança, mas a lei reluta em impor o dever de resgatar a outra pessoa. A imposição de um dever de resgatar alguém é vista como opressiva, porque ordenaria que alguém tomasse ações positivas em vez de simplesmente impor um dever de abster-se de ferir os outros. Essa posição segue a abordagem da lei de Locke e Kant que está na base de muitos sistemas legais: a lei deve proteger os direitos das pessoas de serem violados; assim, desde que as pessoas não violem os direitos dos outros, elas devem ser livres para agir como bem queiram. Algumas jurisdições consideram uma regra que exige que as pessoas resgatem outras como impraticável, porque seria difícil de ser imposta. A lei, nesta situação, punirá quem tiver o dever de cuidar da criança, como os pais ou responsáveis, porque nessas circunstâncias o relacionamento entre o adulto e a criança justifica a imposição de sanções severas pela lei. As regras legais variam de país para país, e alguns países têm o dever legal de resgatar, mas há uma tensão constante entre o que a lei exige e o que os princípios éticos sugerem.

No primeiro segmento deste módulo, os alunos devem considerar alguns desses exemplos de ética, integridade e direito, que vão além das definições e são úteis para enfatizar as distinções entre os três conceitos. Em particular, os exemplos de comportamento público de pessoas ou instituições que agem de acordo com (ou contrário a) a ética, integridade ou lei, aprofundarão a compreensão do aluno sobre os respectivos conceitos. O comportamento público, por exemplo, de funcionários públicos ou funcionários de empresas particulares, fornece alguma distância para os alunos em relação às questões pessoais de integridade e ética mais desafiadoras e emocionais, e oferece um bom ponto de partida conceitual. Podem ser igualmente relevantes exemplos internacionais, mas a conexão entre integridade, ética e direito pode ficar mais clara através de exemplos locais, com os quais os alunos estejam mais familiarizados.

No segundo segmento deste Módulo, os alunos vão dos entendimentos conceituais de ética, integridade e direito à aplicação destes conceitos em estudos de caso. Os estudos de caso são mais complicados do que exemplos e mais representativos da complexidade que os alunos encontrarão no mundo. Considere o seguinte exemplo da academia, um dos exercícios sugeridos do módulo:

Considere-se um curso de graduação com uma reputação de ser extremamente difícil de se passar, muito mais difícil do que outros cursos. Ao postar materiais no site da disciplina, o professor acidentalmente publica um teste com as respostas no final. O professor percebe o erro imediatamente e exclui o teste, mas antes disso, um aluno faz o download da prova. O site não permite que o professor verifique se o teste foi baixado e, como excluiu o teste com as respostas tão rapidamente, o professor carrega o mesmo teste sem as respostas e exige que os alunos façam o teste. O Código de Ética do Estudante proíbe que os alunos façam um teste quando houver motivos para acreditarem que possuem informações confidenciais sobre as respostas ao teste que não deveriam ter. As violações do Código de Ética do Estudante são passíveis de punição.

A tarefa no estudo de caso é considerar as questões relevantes de integridade, ética e direito. Neste estudo de caso, quais opções o professor e o aluno têm, e o que deveriam fazer e por quê? Algumas das questões levantadas neste estudo de caso incluem o erro do professor ao postar on-line a versão incorreta do teste. Se o professor não estava 100% certo de que a versão do teste com as respostas não havia sido vista pelos alunos, ele deveria ter descartado esse teste e criado um novo, mesmo que isso fosse mais trabalhoso? Se o professor comete esses tipos de erros, por que os alunos não podem tirar proveito deles? Uma razão para o aluno não usar a versão do teste com as respostas é que há desonestidade envolvida. O aluno sugere, ao fazer o teste, que ele ou ela não possui o conjunto de respostas; parece que isso é verdade porque, se o aluno tentasse fazer o teste, mas dissesse ao professor que tinha a versão do teste com as respostas, o aluno não teria permissão para prosseguir. Outro motivo para o aluno não usar a versão do teste com as respostas é que seria injusto para com outros alunos, um aluno ter uma vantagem em relação aos outros. O teste é baseado no pressuposto de que os alunos têm todos o mesmo tipo de oportunidade de estudar e se saírem bem, e que os resultados do teste refletirão esse conhecimento e esforço. Se as respostas do teste são conhecidas antecipadamente por um aluno, o teste não é uma avaliação justa de todos os alunos e os resultados são inválidos. O uso da versão do teste com as respostas também é proibido pelo Código de Ética do Estudante, que, enquanto um conjunto de regras escritas sobre o comportamento exigido com sanções impostas, pode ser considerado como um tipo de lei. O estudo de caso, no entanto, sugere que o aluno pode se desvencilhar da regra e usar a versão do teste com as respostas, supondo que outras pessoas não descubram e denunciem o aluno. Se alguém pode se safar de comportamentos ilegais ou antiéticos, isso torna aceitável o comportamento antiético? Outro fator complicador levantado no estudo de caso é que o curso é muito mais difícil de ser aprovado do que outros cursos, o que parece injusto para os alunos. Uma ação ruim justifica outra? Se o curso é injustamente difícil de passar, isso justifica o uso desonesto da versão do teste com as respostas por parte do aluno? E quanto ao uso de outros meios antiéticos para passar no teste injustamente difícil? Finalmente, se o aluno usar a versão de teste com as respostas, como isso afetará o aluno? Isso o levará a ser cínico no futuro ou a valorizar menos as regras éticas? Se questionarem o aluno sobre se alguma vez cometeu alguma má conduta educacional em uma futura seleção de emprego, ele terá de mentir para encobrir isso?

Os estudos de caso deste módulo levantam questões de ética, integridade e direito, difíceis de serem respondidas, no entanto, uma mudança conceitual final aguarda os alunos, para quando eles aplicarem os conceitos de ética, integridade e direito a si mesmos e aos problemas que eles ou pessoas eles conhecem enfrentem. Agora, em vez de pensarem em termos de casos hipotéticos, os estudantes devem considerar questões ligadas com as suas famílias e amigos, ou com as suas próprias vidas e objetivos de vida. A discussão de exemplos pessoais levanta questões desafiadoras, porque a análise é muito complicada devido à presença de valores, ao apego emocional e a presença de perspectivas limitadas. Esta última parte do Módulo, tem o potencial para motivar um debate muito satisfatório que conecte as discussões em sala de aula com a realidade dos estudantes. O objetivo de fazer com que os alunos considerem exemplos mais pessoais é o de ajudá-los a internalizar como a ética, a integridade e o direito se aplicam a eles, juntamente com algumas estratégias de como resolver conflitos entre os conceitos em suas próprias vidas.

As discussões expostas acima sobre integridade, ética e direito levantam questões sobre o motivo pelo qual as pessoas devem ser éticas, ter integridade ou seguir a lei, mas devem também abranger os motivos pelos quais a adoção destes conceitos pode ser difícil na vida real. O conceito psicológico de dissonância cognitiva foi desenvolvido inicialmente por Leon Festinger, na década de 1950, e sugere que as pessoas se sentem pouco confortáveis quando têm dois pensamentos conflituosos na mente ao mesmo tempo, por exemplo, quando a sua ética e comportamento não se encontram alinhados (Festinger, 1957). A dissonância cresce se o assunto for importante, o conflito marcadamente forte, ou ainda, se, de alguma forma, não conseguirmos explicar o conflito a nós mesmos.

No entanto, a dissonância cognitiva significa meramente que as pessoas estão incomodadas de algum modo, quando enfrentam conflitos consigo próprias; por exemplo, se sua ética e comportamento não forem consistentes. A ideia de dissonância cognitiva não sugere como as pessoas resolverão esse sentimento desagradável. As pessoas podem resolver uma dissonância cognitiva fazendo com que seus comportamentos estejam em conformidade com os padrões de integridade e ética, mas podem também usar de diferentes estratégias – mudar ou diminuir os seus padrões éticos, ou mudar a percepção de que fizeram alguma coisa errada para a percepção de que não fizeram nada de errado.

Os fatores sociais podem também inibir ou promover a integridade e ética, e David Luban revê estudos das ciências sociais que indicam que a integridade é muito mais complexa de se manter em um grupo, porque existe uma dispersão da responsabilidade (Luban, 2003). Luban observa que algumas condições podem criar pressão e tentação, mas que algumas pessoas invariavelmente superam essas pressões, mesmo em experimentos estruturados para aumentar as pressões até o limite. Luban argumenta que o caminho para a verdadeira integridade e coerência entre ética e comportamento não acontece através de uma inflexibilidade intransigente, mas sim através do aprendizado de vida em que ocasionalmente as posições morais são genuinamente repensadas ou descartadas. Entre as recomendações de Luban, particularmente quando parece existir potencial para um comportamento pouco íntegro, é decidir antecipadamente qual linha que não será atravessada, e encerrar a atividade quando aquela linha for cruzada. Os estudantes podem discutir se essas ideias são aceitáveis, no contexto dos seus próprios exemplos e dos estudos de casos sugeridos pelo Módulo.

> Referências bibliográficas

BBC (2014). *Anti-euthanasia arguments*.

» Disponível em: http://www.bbc.co.uk/ethics/euthanasia/against/against_1.shtml.

Festinger, Leon (1957). *A Theory of Cognitive Dissonance*. Evanston, Illinois: Row and Peterson.

Luban, David (2003). *Integrity: its causes and cures*. Fordham Law Review, vol. 72, pp. 279-310.

Norman, Richard (1998). *The Moral Philosophers*. Oxford: Oxford University Press.

Shavell, Steven (2001). *Law versus morality as regulators of conduct*. Harvard Law School John M. Olin Center for Law, Economics and Business Discussion Paper Series. Paper 340.

» Disponível em: http://lsr.nellco.org/harvard_olin/340.

Singer, Peter (1993). *Taking Life: Humans*. Excerpted from *Practical Ethics*, 2nd edition, Cambridge, 1993, pp. 175-217.

» Disponível em: <http://www.cambridge.org/at/academic/subjects/philosophy/ethics/practical-ethics-3rd-edition?format=PB&isbn=9780521707688#IXFoi9tYgcRcFo88.97>.

Malan, Daniel (2007). *Integrity*. In *The A to Z of Corporate Social Responsibility*, Wayne Visser and others, eds. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.



Exercícios

Esta seção contém sugestões para exercícios educacionais anteriores às aulas e para as aulas. No que respeita a tarefas a serem realizadas após as aulas, para avaliar o entendimento do Módulo, encontram-se sugeridas numa seção separada.

Os exercícios desta seção são mais adequados para turmas com o máximo de 50 alunos, que podem ser facilmente organizadas em pequenos grupos nos quais se discutem casos ou realizam atividades, antes que os representantes dos grupos apresentem os seus resultados para a turma toda. Embora seja possível usar a mesma estrutura de grupos pequenos em salas maiores, compostas por centenas de alunos, a situação é mais desafiadora, e o professor pode querer adaptar técnicas de facilitação para garantir que haja tempo suficiente para as discussões em grupo, assim como fornecer os seus comentários para toda a turma. O jeito mais fácil de tratar o debate, com uma sala maior, tão seriamente como em grupos pequenos, é o de solicitar aos alunos que discutam as questões com os quatro ou cinco alunos que estejam sentados próximos a eles. Dadas as limitações de tempo, nem todos os grupos serão capazes de apresentar as suas discussões em cada exercício. Recomenda-se que o professor faça seleções aleatórias e tente se certificar que todos os grupos tenham oportunidade de se manifestar, pelo menos uma vez durante a aula. Se o tempo permitir, o professor pode ensinar um debate em plenário, depois da apresentação por parte de cada grupo.

Todos os exercícios nesta seção são apropriados para alunos da graduação ou pós-graduação. No entanto, como o conhecimento prévio dos alunos e exposição aos temas varia bastante, as decisões sobre a adequação dos exercícios devem ser baseadas em seus contextos educacional e social. O professor é incentivado a relacionar e conectar cada exercício às questões principais do Módulo.

➤ Exercício 1: Estudos de caso

Escolha um ou mais dos seguintes estudos de casos e coordene uma discussão que permita aos estudantes abordar e debater questões de integridade, ética e lei. Se o tempo permitir, possibilite aos alunos de votarem em quais dos casos de estudos querem discutir.

Para professores que estejam ensinando em classes numerosas, os estudos de casos com múltiplas partes e diferentes métodos de solução se ajustam bem ao tamanho e energia do grupo em tal ambiente. Eles podem começar com os alunos escolhendo qual o caso que preferem discutir. Os professores podem dividir a análise do caso escolhido em etapas, apresentando-o aos alunos em ordem sequencial, garantindo assim que os grupos maiores permaneçam no caminho certo da discussão. Podem instruir os alunos a discutirem perguntas em um pequeno grupo, sem saírem dos seus lugares, e escolher uma pessoa para falar pelo grupo, caso seja chamado. Não há necessidade de oferecer muito tempo para a discussão em grupo, pois as ideias podem ser desenvolvidas, mais tarde, com toda a classe. Os professores podem variar os grupos chamados para falar, a fim de incentivar a participação ativa de todos.

Estudo de caso 1

Uma fábrica garante trabalho para muitas pessoas numa pequena cidade em que não é fácil conseguir emprego. A empresa permanece na cidade ainda que fosse possível oferecer salários mais baixos em outras localidades, porque os trabalhadores são leais à companhia pelos empregos que ela gera. Com o passar dos anos, a companhia desenvolveu uma reputação na cidade de zelar pelos seus colaboradores e por ser uma corporação cidadã responsável.

O processo de fabrico usado pela empresa produz um subproduto que há anos vem sendo lançado no rio da cidade. Embora o subproduto tenha sido considerado inofensivo, alguns moradores que habitam próximo ao rio têm apresentado um histórico de doenças. O subproduto atualmente não viola nenhuma lei antipoluição.

Quais são as questões de integridade, ética e lei apresentadas no estudo de caso? Quais opções que têm a companhia, o que deveria ser feito e por quê?

Orientações para o palestrante

Algumas das questões levantadas por este estudo de caso incluem os fatores e decisões que levaram à situação atual, tais como a lealdade dos empregados devido à escassez de emprego e ao poder que a companhia exerce sobre a cidade. Se a empresa está atuando de modo compatível com sua reputação, como uma boa corporação cidadã, e caso o não faça, se isso afetará a sua integridade. A ética das empresas é comparável à das pessoas, e questiona-se se as companhias devem ter mais ou menos obrigações e porquê. Assim, questiona-se se e porque a companhia deve agir, ainda que o subproduto não viole nenhuma lei, e se a companhia deverá estabelecer critérios que a ajudem a decidir como abordar as reclamações que não levantem questões ilegais. Há um problema com o estado atual da lei, e, se houver, pode usá-lo como justificativa para uma não-ação?

Estudo de caso 2

Uma mulher morreu recentemente após uma vida curta e pouco feliz. Ela queria que suas cinzas fossem espalhadas no mar, perto de um lugar onde ela vivera durante o breve período feliz de sua vida adulta. Seus pais e família próxima já haviam falecido, portanto ela havia discutido seus desejos com a sua sogra, que concordara em lhe fazer a vontade. No testamento, a mulher dava o controle de seus bens à sogra. Seu testamento afirmava que as suas cinzas fossem espalhadas no oceano, conforme descrito acima. No entanto, a sua sogra enterrou as cinzas em um cemitério perto da própria casa, porque queria manter as cinzas próximo a ela por causa de sua própria dor.

Presumindo que a sogra está legalmente obrigada a seguir os desejos expressos no testamento, mas que ninguém verificará e ela, provavelmente, não terá nenhum problema com a lei, quais são as questões de integridade, ética e direito apresentadas neste estudo de caso? Quais opções que a sogra tinha e o que deveria ela ter feito e porquê?

(Adaptado de um artigo do jornal New York Times disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/10/04/magazine/what-should-an-ethicist-tell-his-readers.html>.)

Orientações para o palestrante

Algumas das questões levantadas por este estudo de caso incluem: se a sogra está agindo de forma ética e íntegra; a relevância da sua promessa à nora, e se a promessa ainda era relevante após a morte dela; o impacto da lei sobre a sogra, e que diferença faz no caso da atividade ilegal não vir a ser descoberta.

Estudo de caso 3

Considere-se um curso de graduação com uma reputação de ser extremamente difícil de se passar, muito mais difícil do que outros cursos. Ao postar materiais no site da disciplina, o professor acidentalmente publica um teste com as respostas no final. O professor percebe o erro imediatamente e exclui o teste, mas antes disso, um aluno faz o download da prova. O site não permite que o professor verifique se o teste foi baixado e, como excluiu o teste com as respostas tão rapidamente, o professor carrega o mesmo teste sem as respostas e exige que os alunos façam o teste. O Código de Ética do Estudante proíbe que os alunos façam um teste quando houver motivos para acreditarem que possuem informações confidenciais sobre as respostas ao teste que não deveriam ter. As violações do Código de Ética do Estudante são passíveis de punição.

Quais são as questões de integridade, ética e lei que se apresentam neste estudo de caso? Que opções têm professor e alunos, e o que deveriam fazer e porquê?

Orientações para o palestrante

Algumas das questões levantadas neste caso incluem as razões pelas quais o professor voltou a postar o mesmo exame; a injustificada dificuldade da disciplina e se isso ou as ações do professor justificam que um estudante use as respostas acidentalmente divulgadas pelo professor; a relação entre preocupações éticas e o Código de Ética do Estudante; e a relação do estudante com o professor e os colegas, e o efeito que as ações do estudante podem ter sobre os colegas.

O professor pode também consultar a seção Questões Essenciais para uma discussão mais aprofundada sobre este estudo de caso.

Estudo de caso 4

Uma mulher é assediada por um alto executivo de uma empresa importante. Ela processa a companhia e, durante as discussões do processo, lhe é oferecida uma grande quantia de dinheiro para um acordo. No acordo consta que a mulher deve confirmar que o executivo não fez nada de reprovável, e, depois que o acordo seja assinado, a mulher é proibida de discutir publicamente qualquer assunto relativo ao incidente. Antes da data marcada para assinar o acordo, o advogado da mulher menciona que o executivo já se tinha comportado daquela maneira antes; e que a quantia de dinheiro acordada era elevada porque a empresa provavelmente já tinha tido a obrigação legal de resolver um problema semelhante. A companhia, no entanto, prefere manter o executivo porque ele gera muito dinheiro para a empresa.

Quais são os problemas de integridade, ética e lei apresentados no estudo de caso? Que opções tem a mulher e o que deveria ela fazer e porquê?

Orientações para o palestrante

Algumas das questões levantadas neste estudo de caso incluem: os problemas iniciais de conduta antiética e ilícita pelo executivo da companhia; deve a companhia permitir que o executivo continue a trabalhar somente pela receita que ele gera, considerando-se a sua propensão para prejudicar colegas de trabalho; se esta ação é ética ou reflete integridade, deve a companhia exigir, como parte do acordo legal, que a mulher confirme que o executivo não infringiu regras; se a mulher deve concordar com o acordo, considerando-se o futuro risco a que outros empregados podem estar expostos; e se a mulher está priorizando a justiça para com ela mesma em detrimento de proteger os colegas de trabalho em situações futuras análogas.

Estudo de caso 5

Um país com um histórico de suborno e corrupção tem feito grandes esforços, por meio da educação e de processos judiciais, para que os negócios do governo sejam conduzidos de maneira aberta e justa. O país tem conseguido um progresso considerável. Como parte da reforma, o país revisou os procedimentos de concessão de vistos para estrangeiros que querem morar lá. No ambiente corrupto anterior, as pessoas com dinheiro pagavam secretamente aos funcionários do governo, para que os seus pedidos de visto fossem aprovado rapidamente, enquanto os outros pedidos demoravam muito mais tempo. Agora o governo fez com que o procedimento para solicitação de visto fosse transparente e estabeleceu um novo procedimento legal. Oferece, então, dois tipos de procedimento, a “Via Comum” que não requer nenhum pagamento e a “Via Premium” que requer um pagamento de US\$10.000. A Via Comum leva tanto tempo para processar um pedido de visto quanto uma aplicação sem suborno levava antes das reformas. A Via Premium avança tão rapidamente quanto um pedido de visto com suborno levava antes das reformas. A maioria das pessoas com intenção de imigrar para o país não tem condições para se aplicar pela Via Premium.

Quais são os problemas de integridade, ética e lei apresentados no estudo de caso? Que opções o país possui, e o que deve fazer e porquê?

Orientações para o palestrante

Algumas das questões levantadas neste estudo de caso incluem: como surgiu o problema; quais as partes interessadas envolvidas e que poder têm elas ou não; se o arranjo atual é ético; como a integridade e a ética dos países são semelhantes e diferentes em relação às pessoas; se o país está agindo ou deveria agir com integridade; se o acordo atual legaliza um acordo essencialmente injusto; e, em caso afirmativo, como isso afeta o modo de os indivíduos enxergarem a lei.

Estudo de caso 6

Uma empresa internacional de refrigerantes tem uma marca de refrigerante que vende no mundo inteiro. Na Índia, a versão da bebida segue a regulamentação indiana de alimentos e saúde, mas é menos saudável do que a bebida vendida no mercado europeu, em que a lei é mais rígida. A companhia de refrigerante está obedecendo à lei do país, mas está vendendo um produto inferior, menos saudável do que em um país industrializado.

Quais são os problemas de integridade, ética e lei apresentados no estudo de caso? Que opções têm a companhia de refrigerantes e o governo da Índia, e o que eles deveriam fazer e por quê?

Orientações para o palestrante

Algumas das questões levantadas por este estudo de caso incluem: como surgiu a questão; como a companhia e o país se beneficiam, ou não se beneficiam, na posição atual; se a empresa e o país estão agindo de forma ética, íntegra e consistente com a lei; o papel que consumidores na Índia e em outros lugares desempenham neste estudo de caso; e as diferentes abordagens que a companhia poderia utilizar, em relação aos padrões de saúde, por exemplo, estabelecendo o seu próprio padrão a ser seguido, ainda que tal padrão exceda o que é exigido em determinado país.

> Exercício 2: Definições

Divida a classe em três grupos e atribua para cada grupo a tarefa de apresentar as definições de integridade, ética e lei para a turma toda.

Orientações para o palestrante

Para turmas numerosas: oriente os alunos a formarem grupos com três membros e escolha um ou dois grupos, aleatoriamente, para compartilharem as suas definições. Alternativamente, divida o ambiente em três grupos e para cada um deles atribua um termo diferente a ser definido; escolha, então, um ou dois grupos, aleatoriamente, para compartilharem as suas definições. Os professores podem pedir aos alunos que não realizem as suas pesquisas pela internet, mas que identifiquem eles próprios a definição dos termos.

> Exercício 3: Entrevistas

Antes de encontrar com os alunos, atribua a tarefa de entrevistarem alguém que considerem éticos ou que tenham integridade. Os alunos devem perguntar à pessoa sobre uma decisão difícil que teve que tomar e, depois, compartilhar a entrevista com a classe. Se utilizar este exercício, é importante que discuta a privacidade e a confidencialidade com os estudantes, e converse sobre se a pessoa entrevistada quer permanecer anônima ou não.

Orientações para o palestrante

Os alunos podem fazer este exercício em turmas numerosas, mas, devido a questões de privacidade, os relatórios escritos devem ser enviados ao professor, que pode resumir e torná-los anônimos para a turma, ou então, perguntar aos alunos se se sentiriam confortáveis em compartilhar as suas entrevistas.

> Exercício 4: Vídeos

Assista e discuta filmes ou vídeos que tratam de tópicos deste Módulo, tais como:

Blackfish (2013): um documentário que retrata uma baleia orca pertencente ao parque comercial e atração turística SeaWorld, e a controvérsia sobre estes animais em cativeiro. Numerosos planos de aula e guias para discussão sobre este filme podem ser encontrados online; professores podem verificar orientações no website TeachWithMovie em: <http://www.teachwithmovies.org/guides/blackfish.html>.

Blood Diamond (2006): situado em Serra Leoa em 1999, no meio da Guerra Cível; Diamante de Sangue chama atenção para a responsabilidade dos cidadãos e empresas do mundo desenvolvido em garantir que os diamantes que eles compram não tenham sido utilizados para financiar conflitos no exterior. Ressalta, também, a difícil situação de crianças-soldados. Um guia para discussões está disponível em: https://www.carnegiecouncil.org/publications/ethics_onfilm/0002.

Orientações para o palestrante

Em salas numerosas, os alunos poderão assistir os vídeos previamente à aula e os professores podem promover uma discussão durante a aula usando pequeno grupos que apresentam as questões discutidas.

➤ **Exercício 5: Ensinando integridade, ética e lei**

Antes da aula, organize-se de forma a que seus alunos ensinem os conceitos de integridade, ética e lei a alunos mais jovens; por exemplo, os alunos universitários podem visitar e ensinar alunos do Ensino Médio. Na sala de aula, dê tempo aos estudantes para elaborarem ideias interativas e apropriadas à idade dos alunos que visitarão, prepararem atividades e praticarem a lição (as encenações podem funcionar bem aqui). Fora da sala de aula, como parte do exercício ou enquanto atividade extracurricular, acompanhe os alunos a uma escola do Ensino Médio. Após a aula, peça aos alunos que avaliem a sua experiência de ensinar usando um diário ou relatório. O diário ou relatório deve apresentar os desafios práticos e conceituais no ensino da integridade, ética e lei, assim como aquilo que os estudantes aprenderam sobre integridade, ética e lei através da experiência do ensino.

Orientações para o palestrante

Este exercício exige a supervisão do professor mais de perto, e pode ser mais desafiador em salas numerosas, mas pode ser uma opção entre um número de diferentes exercícios possíveis, relativamente aos quais os alunos possam optar. O professor deve agir como um comunicador central, relativamente aos alunos que submetam os seus relatórios e aos professores dos alunos mais jovens, que enviem os seus comentários ao professor dos alunos universitários.



Exemplo de estrutura de aula

Esta seção contém recomendações para uma sequência de ensino com três horas de duração, de forma a que se alcancem os resultados de aprendizagem numa aula. O professor pode desconsiderar ou resumir alguns dos segmentos abaixo, para dar mais tempo a outros elementos, incluindo à introdução, ao aquecimento, à conclusão ou para pequenos intervalos. A estrutura pode também se adaptar a aulas mais curtas ou mais longas, considerando que a duração das aulas varia de país para país.

Introdução ao conceito de ética (20 min)

- Os estudantes dão uma definição de ética, individualmente ou em pequenos grupos.
- Os professores devem oferecer aos alunos a chance de definirem o conceito por eles mesmos, ou, se tiverem dificuldades, recorrerem à web ou a definições previamente apresentadas.
- Os estudantes oferecem exemplos públicos de comportamento ético, assim como de exemplos antiéticos, por exemplo, de funcionários públicos ou empregados de companhias, em oposição a exemplos de privados que envolvam estudantes ou conhecidos deles.
- Os estudantes podem também conduzir pesquisas na Internet para ilustrar a ética com imagens; contudo, os professores devem ver o que foi selecionado antes da partilha com a sala de aula. As imagens ou fotografias podem ser ilustrações alusivas de comportamentos que defendem ou descumpram princípios éticos, e são um modo alternativo de promover uma discussão com exemplos da vida real.
- Um ponto importante a ser incluído: conforme aplicado neste Módulo, a ética é entendida como um sistema de princípios de como as pessoas tomam decisões e conduzem as suas vidas.
- Se os alunos estiverem levantando mais ideias sobre os conceitos de integridade e lei do que de ética, anote tais ideias, mas desenvolva-as mais tarde, depois de as definições das três noções estiverem mais claras.

Introdução ao conceito de integridade (20 min)

- Os estudantes dão a definição de integridade, individualmente ou em pequenos grupos.
- Os estudantes oferecem exemplos públicos de integridade, assim como de falta de integridade, por exemplo, por parte de funcionários públicos ou empregados de companhias.
- Os estudantes podem também conduzir pesquisas na internet para ilustrar a integridade com imagens, contudo, os professores devem ver o que foi selecionado antes da partilha com a sala de aula.
- Ao discutir a integridade, se os estudantes não tentarem compará-la com a ética, pergunte a eles qual é a diferença entre integridade e ética.
- Um ponto importante a ser incluído: comparada com ética, a integridade pode ser entendida como uma aplicação importante de princípios éticos, particularmente da honestidade.
- Se os alunos estiverem levantando ideias sobre o conceito de direito, anote tais ideias, mas desenvolva-as mais tarde, depois de discutir a definição de lei.

Introdução ao conceito de lei (20 min)

- Os estudantes dão a definição de lei, individualmente ou em pequenos grupos.
- Os professores devem oferecer aos alunos a chance de definirem o conceito por eles mesmos, e, se tiverem dificuldade, depois recorrer à web ou a definições previamente apresentadas.
- Em seguida, os estudantes oferecem exemplos públicos sobre a conformidade com a lei e a não-conformidade ou ilegalidade.
- Um ponto importante a ser incluído: a lei é um sistema de regras reconhecido pela sociedade e modificado através de sanções de algum tipo.

Como alternativa a desenvolver três seções separadas de discussão, dê aos grupos pequenos a oportunidade de discutirem os três conceitos por 30 minutos, e, então, retorne à discussão plenária para oferecer definições e exemplos, durante as quais o professor pode também compartilhar algumas definições formais e de conteúdo com a sala. Nos primeiros 30 minutos, o professor deve circular entre os grupos para sugerir ideias e dar encorajamento e garantir que todos os alunos estejam trabalhando.

Comparando e observando os conceitos (15 min)

Discuta as seguintes questões:

- Como a integridade e ética diferem de lei? (A lei incorpora regras relativas a determinado comportamento, que é reforçado por sanções formais, enquanto a integridade e a ética são guias mais pessoais dirigidos à totalidade do comportamento das pessoas).
- Por que as pessoas devem ser éticas? Ter integridade? Seguir a lei? Por que as pessoas têm dificuldade em fazê-lo? (estas últimas perguntas são feitas com o intuito de levantar questões que serão discutidas nos próximos segmentos; assim, a discussão pode deixar algumas perguntas não-respondidas neste segmento).

Estudo de caso (60 min)

- Dê 5 minutos para que os alunos possam revisar o estudo de caso.
- Inicie pedindo aos alunos que descrevam o que aconteceu no caso.
- Seria conveniente dividir os alunos em três grupos, seguindo uma das seguintes estruturas:
 - Opção 1: Atribua os conceitos de integridade, ética e lei para cada grupo e faça com que cada um esclareça: (1) como as pessoas do caso defendem e não defendem aquele conceito no caso estudado; e (2) porque as pessoas no caso podem querer defender ou não aquele conceito. Em seguida, cada grupo apresentará e iniciará a discussão com os outros estudantes.
 - Opção 2: Faça com que todos os grupos trabalhem as três ideias, uma após a outra, e promovam as discussões de: (1) como as pessoas defendem e não defendem o conceito no estudo de caso; e (2) porque as pessoas no caso desse estudo podem querer defender ou não aquele conceito.
- Resolver o estudo de caso: Discutir com todos os estudantes o que os estudantes fariam em cada caso e por quê? Nessa discussão, aponte quaisquer tensões entre integridade, ética e lei, e peça aos estudantes que observem como algumas das soluções resolvem estas questões de um modo mais bem sucedido.

Aplicando os conceitos ao cotidiano dos alunos (45 min)

- Peça aos estudantes que pensem em um exemplo sobre alguém que conheçam pessoalmente, alguém que teve dificuldade em resolver algum dos conceitos. O exemplo não precisa ser sobre o estudante, mas sim sobre alguém que conheça.
- Se o professor puder compartilhar um exemplo mais pessoal no início da discussão, isso deverá encorajar os alunos a compartilharem os deles também.
- Peça aos alunos, de um pequeno grupo, que discutam os seus respectivos exemplos; escolha, então, um exemplo que o grupo compartilhará com toda a classe. Essa partilha deverá ser feita via discussão informal, não em Power Point, para promover discussões mais simples de questões mais pessoais.
- Após cada grupo apresentar o seu exemplo, o professor conduz uma discussão sobre os desafios enfrentados no âmbito do caso e os modos de os resolverem.
- Sugira aos alunos questões para finalizar a discussão: vocês acreditam que enfrentarão desafios quanto à integridade, ética e lei no futuro? Em caso afirmativo, que tipo de desafios espera encontrar e quais as estratégias que poderão usar para solucioná-los?



Leitura essencial

Esta seção fornece uma lista dos materiais mais frequentemente encontrados online e que os palestrantes podem pedir aos alunos que leiam antes da aula baseada neste Módulo.

BBC Ethics Centre (2014). *What is Ethics?*

» Esta leitura online oferece introduções simples para as ideias principais e questões levantadas sobre ética. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/ethics/introduction/intro_1.shtml.

The Ethics Centre (2018). *What is Ethics?*

» Esta leitura online oferece introduções simples para as ideias principais e questões levantadas sobre ética. Disponível em: <http://www.ethics.org.au/about/what-is-ethics>.

Luban, David (2003). Integrity: its causes and cures. *Fordham Law Review*, vol. 72, pp. 279-310.

» Este artigo define integridade, parte principal deste módulo, e depois analisa a pesquisa sociológica relativa aos motivos que a fazem difícil de ser efetivada. O artigo inclui sugestões, no final, sobre como a integridade pode ser alcançada. O artigo é considerado mais desafiador do que outros websites sugeridos, assim que os professores poderão determinar se é apropriado para seus alunos; seja como for, auxiliará os alunos para que encarem realisticamente alguns dos desafios encontrados na integridade.

Markkula Center for Applied Ethics, Santa Clara University (2010). *What is Ethics?*

» O Markkula Center é uma boa fonte para materiais relativos à integridade e ética e assinala brevemente a diferença entre ética e lei. Disponível em: <https://www.scu.edu/ethics/ethics-resources/ethical-decision-making/what-is-ethics/>.



Leitura Avançada

As leituras aqui listadas são recomendadas para estudantes interessados em explorar mais detalhadamente os tópicos deste Módulo e aos professores que o ensinam.

Blackburn, Simon (2001). *Ethics A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

» Este livro da Oxford University Press faz parte da série “Very Short Introduction” e, embora seja escrito de modo acessível, trata de questões desafiadoras levantadas pela ética. É recomendado para graduandos avançados e pós-graduandos, se acompanhados de materiais mais sofisticados.

Changing Minds (2018). *Cognitive dissonance*.

» Esta webpage explica o princípio psicológico da dissonância cognitiva e contém referências para pesquisas adicionais. Disponível em: http://changingminds.org/explanations/theories/cognitive_dissonance.htm.

Coady, Sidney and Sidney Bloch (1996). *Codes of Ethics and the Professions*. Carlton South, Victoria: Melbourne University Publishing.

» Este livro trata, de modo claro e envolvente, de questões levantadas sobre códigos de ética para profissões. Confira especialmente pp. 8-27.

Festinger, Leon (1957). *A Theory of Cognitive Dissonance*. Evanston, Illinois: Row and Peterson.

» Verifique o Google Books para trechos disponíveis do livro, que introduz os princípios psicológicos clássicos.

Gandhi, Mahatma (1948-49). *Non-violence in Peace and War*. Ahmedabad: Navajivan Publishing House.

» Este livro inclui escritos do líder Mahatma Gandhi com relação à desobediência civil e à quebra de leis antiéticas ou injustas

Gunning Jennifer and others, eds. (2005). *Ethics, Law and Society, Volume 4*. Surrey, England; Burlington, Vermont, USA: Ashgate.

» O Cardiff Centre for Ethics, Law and Society publica uma série sobre questões de ética, direito e sociedade que inclui capítulos bem focados em diferentes problemas. Partes deste volume está disponível no Google Books, mas os professores interessados devem verificar o que está disponível em seus países no momento.

Heyman, Steven J. (1994). *Foundations of the duty to rescue*. 47 *Vanderbilt Law Review* 673.

» Este artigo, focado na lei, argumenta que, além das preocupações éticas, a lei deve incluir o dever de resgatar outras pessoas de danos.

Internet Dictionary of Philosophy.

» Ética. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/ethics/>.

» Caráter moral. Este website oferece resumos detalhados de conceitos éticos e teorias. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/moral-ch/>.

Markie, Peter J. (1994). *A Professor's Duties: Ethical Issues in College Teaching*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield.

» Este livro indica problemas que aparecem aos professores mais do que aos estudantes; é recomendado principalmente para professores.

McCombs School of Business, University of Texas (2018). *Ethics unwrapped*.

» Professores podem consultar este website focado nos EUA que contém vídeos, estudos de caso, e planilhas sobre ética, integridade e lei. Disponível em: <http://ethicsunwrapped.utexas.edu/>.

National Center for State Courts (2008). *A summary of ethical guidelines for conducting interviews and data collection*.

» Para uma lista concisa de questões éticas que aparecem quando entrevistas são conduzidas, os professores podem recorrer à página 2. Disponível em: www.courts.ca.gov/partners/documents/summaryeg.doc.

Priault, Nicky and Anthony Wrigley, eds. (2013). *Ethics, Law and Society, Volume 5*. Surrey, England; Burlington, Vermont: Ashgate

» O Cardiff Centre for Ethics, Law and Society publica uma série sobre questões de ética, direito e sociedade que inclui capítulos bem focados em diferentes problemas. Partes deste volume estão disponíveis no Google Books, mas os professores interessados devem verificar o que está disponível em seus países no momento.

Passas, Nikos and Neva Goodwin (2004). *It's Legal but It Ain't Right, Harmful Social Consequences of Legal Industries*. Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press.

» O livro de Passas e Goodwin é escrito em inglês acessível e indica o papel das corporações no comportamento que é danoso, porém legal. Partes deste volume estão disponíveis no Google Books, mas os interessados devem verificar o que já está disponível em seus países.

Passas, Nikos (2005). *Lawful but awful: 'Legal Corporate Crimes.'* *The Journal of Socio-Economics*, vol. 34, pp. 771–786.

» Um panorama escrito em formato de artigo de alguns dos problemas indicados no livro de Passas e Goodwin.

Piper, Thomas R. and others, eds. (1993). *Can Ethics Be Taught? Perspectives, Challenges, and Approaches at the Harvard Business School*. Boston: Harvard Business Review Press, 1993.

» Este livro trata de uma questão que os professores devem se perguntar quando ensinam ética. O livro traça o desenvolvimento e a implementação do programa Leadership, Ethics, and Corporate Responsibility, da Harvard Business School, que resultou em um procurado curso em ética, novas disciplinas eletivas, e a integração de questões éticas e responsabilidade corporativa no primeiro ano do currículo.

Shavell, Steven (2001). *Law versus morality as regulators of conduct*. Harvard Law School John M. Olin Center for Law, Economics and Business Discussion Paper Series. Paper 340.

» Este artigo examina como a lei e a moralidade regulam a conduta de diferentes modos, e, quando a lei e a moralidade estão sozinhas, ou a lei e a moralidade estão juntas e, em quais dos casos são mais adequadas para regular a conduta. Disponível em: http://lsr.nellco.org/harvard_olin/340.

Stanford Encyclopedia of Philosophy.

- » Sites sobre ética: Ethics. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/contents.html#e>.
- » Integridade. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/integrity/>.
- » Site sobre Lei: Disponível em: <https://plato.stanford.edu/contents.html#l>.

Os sites desta enciclopédia online são endereçados a graduandos adiantados e pós-graduandos, e são igualmente uma boa fonte para leituras adicionais.

Thoreau, Henry David (1849). On the Duty of Civil Disobedience.

» O ensaio de Thoreau é um clássico na área de desobediência civil e deve ser incluído em uma discussão sobre o tema, juntamente com excertos do livro de Gandhi “Non-violence in Peace and War” que está incluído na lista. Disponível em: https://www.livingston.org/cms/lib4/NJ01000562/Centricity/Domain/1393/CivilDisobedience_shortened.pdf.

Wacks, Raymond (2015). Law: A Very Short Introduction. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press.

» Este é um outro livro da série “Very Short Introduction”, da Oxford University Press; introduz os alunos à lei sem vocabulário exclusivamente jurídico. É indicado para graduandos adiantados e pós-graduandos, se acompanhado com materiais mais sofisticados.



Avaliação dos estudantes

Esta seção oferece sugestões de tarefas após a aula com o propósito de avaliar o estudante no entendimento do Módulo. Sugestões para tarefas pré-aula ou durante a aula são encontrados na Seção de Exercícios.

Uma ou mais das tarefas a seguir são propostas para serem executadas dentro de duas semanas após o término do Módulo. Contém variados graus de aprendizado experimental e podem ser adaptadas para se adequarem aos conhecimentos dos alunos.

1. Dissertação: Os estudantes analisam um estudo de caso que levanta questões interrelacionadas de integridade, ética e lei. Dependendo dos seus conhecimentos, os alunos podem analisar um estudo de caso que tenha sido discutido inicialmente em sala. Esta opção requer que os alunos se empenhem em uma análise mais sofisticada do problema na dissertação, referindo-se ao Módulo e incorporando o material encontrado. Os professores também podem usar um estudo de caso que ainda não tenha sido discutido em sala. No que respeita a fontes para o estudo de caso, os professores podem usar um dos estudos de caso identificado no Módulo ou começar o exercício fazendo com que os alunos identifiquem questões de interesse. Se os alunos elaborarem os problemas para a dissertação ou estudo de caso, isso fará com que fiquem mais interessados e empenhados com a tarefa, embora o professor necessite trabalhar com a questão para ter certeza de que é suficientemente desafiadora e apropriada para o Módulo.

2. Entrevista e análise: Atribua aos alunos a tarefa de entrevistar alguém que considerem ético ou que tenha integridade. Os estudantes devem perguntar à pessoa sobre uma decisão difícil que tiveram de tomar e fazer anotações sobre a entrevista. O professor deve revisar as notas e identificar um problema decorrente da entrevista, que o aluno então analisará por escrito. Esta tarefa deve ser realizada por etapas, com os comentários do professor para que o foco do estudante permaneça relevante para o Módulo. (Se este exercício for utilizado, é importante discutir a privacidade e confidencialidade com os estudantes, e certificar-se se o entrevistado pretende continuar anônimo ou não).

3. Apresentação: os estudantes fazem uma apresentação individual ou em grupo sobre questões de integridade, ética e lei, em relação ao material recomendado, ou uma questão levantada pelos estudantes que o professor tenha aprovado com antecedência. As apresentações sobre o material suplementar podem ser feitas durante uma parte da aula reservada às discussões, de uma maneira que sublinhe a relevância do Módulo para os estudantes, isto é, no final do debate, o professor pode perguntar “O que precisamos de saber, que não sabemos ainda?” Para esta opção, os estudantes podem considerar usar recursos relevantes para a apresentação e até pedir a outros alunos para que ajudem com a leitura, com a aprovação prévia e revisão do professor.

4. Projeto Comunitário: Os estudantes podem identificar questões de integridade, ética e lei surgidos na comunidade, realizar pesquisas relevantes e propor e analisar soluções. Os alunos devem, no mínimo, escrever os seus resultados, mas, de forma ideal, devem compartilhar os seus resultados com a classe. Assim como a tarefa da entrevista, essa avaliação é melhor se realizada em etapas, com comentários do professor, para garantir que os estudantes interajam apropriadamente com a comunidade e que o foco do projeto permaneça relevante para o Módulo.



Materiais de ensino adicionais

Esta seção inclui links para suportes relevantes para as aulas como slides em PowerPoint, vídeos, estudos de caso que poderão auxiliar o professor a ensinar as questões apresentadas no Módulo. Os professores podem adaptar os slides e outros recursos às suas necessidades.

> Apresentação em PowerPoint

PowerPoint Módulo 12: Integridade, ética e direito. Disponível em <https://grace.unodc.org>

> Vídeos

Os seguintes vídeos podem ser usados em conexão com este Módulo. São curtos, focalizam o tratamento de ideias particulares que empregam entrevistas com alunos, comentários e desenhos animados.

Ethics Unwrapped, "Conflict of Interest", from the University of Texas School of Business,

» Disponível em <http://ethicsunwrapped.utexas.edu/video/conflict-of-interest>.

Ethics Unwrapped, "Legal Rights and Ethical Responsibilities", from the University of Texas School of Business.

» Disponível em <http://ethicsunwrapped.utexas.edu/video/legal-rights-ethical-responsibilities>.

Lecturers can also consider portions of the "Justice with Michael Sandel", produced by Harvard University.

» Os professores também podem considerar trechos de "Justice with Michael Sandel", produzido pela Harvard University. Estes vídeos de palestras sobre justiça apresentam-se completos e fáceis de serem acompanhados, no entanto, os professores necessitarão selecionar excertos, já que os vídeos são longos. O primeiro episódio pode ser encontrado no YouTube em: <https://www.youtube.com/watch?v=kBdfcR-8hEY>.



Guia para desenvolver uma disciplina autônoma

Este Módulo oferece um roteiro para uma aula de três horas, mas há potencial para desenvolver os tópicos em um curso independente. O escopo e a estrutura de tal curso serão determinados pelas necessidades específicas de cada contexto, mas uma estrutura possível fica aqui apresentada como sugestão.

Seção	Tópico	Breve descrição
1	Introdução à integridade, ética e lei	Introdução aos conceitos de integridade, ética e lei - Diferentes tipos de razões para defender os conceitos e para não os defender
2	Visão geral sobre ética	Teorias éticas e suas sobreposições com crenças religiosas: por exemplo, ética de Kant, utilitarismo, ética das virtudes, Confucionismo, Islão
3	Ética aplicada	Defina ética aplicada e observe quantos grupos de pessoas e profissionais têm Sistemas de Ética - Como esses sistemas são similares ou diferentes? - Tipos de regras éticas: punitivas ou aspiracionais
4	Integridade	Considerações abrangentes de integridade: definição e fontes. - Discussão sobre como integridade difere de ética
5	Lei	Considerações abrangentes de lei: definição e fontes - Discussão sobre como integridade e ética são similares e diferentes da lei
6	Estudos de caso de integridade, ética e lei	Estudos de Caso oferecem exemplos de diferentes maneiras nas quais integridade, ética e lei interagem: - Fornecer um estudo de caso de comportamento ético que é ilegal, mas improvável de ser detectado
7	Estudos de caso de integridade, ética e lei	Estudos de Caso oferecem exemplos de diferentes maneiras nas quais integridade, ética e lei interagem: - Fornecer um estudo de caso de comportamento que é legal, mas antiético ou de falta de integridade
8	Estudos de caso de integridade, ética e lei	Estudos de Caso oferecem exemplos de diferentes maneiras nas quais integridade, ética e lei interagem: - Fornecer um estudo de caso de comportamento ilegal que é antiético ou de falta de integridade, mas que está sujeito a forças poderosas, difíceis de resistir (pobreza, proteção da família, têm potencial de ganhar enormes quantias de dinheiro, etc.)

Seção	Tópico	Breve descrição
9	Apresentação dos alunos sobre integridade, ética e lei	<p>Os estudantes apresentam seus estudos de pessoas reais, seja de figuras públicas ou pessoas conhecidas deles e, de seguida, analisam os desafios relativamente à integridade, ética e lei, ou, se possível, conduzem a sala na discussão das questões e resoluções.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os estudantes poderão entrevistar pessoas suas conhecidas, mas é necessário discutir questões de privacidade e confidencialidade com os estudantes antes de começarem a atividade, e conversar com eles sobre se o entrevistado quer ou não permanecer anônimo. - Este tipo de atividade também oferece oportunidade de discutir integridade, ética e lei no contexto da escola e das tarefas atribuídas.
10	Apresentação dos alunos sobre integridade, ética e lei	<p>Os estudantes apresentam seus estudos de pessoas reais, seja de figuras públicas ou pessoas suas conhecidas e, de seguida, analisam os desafios apresentados relativamente à integridade, ética e lei, ou, se possível, conduzem a sala na discussão das questões e resoluções.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os estudantes poderão entrevistar pessoas suas conhecidas, mas é necessário discutir questões de privacidade e confidencialidade com os estudantes antes de começarem a atividade, e conversar com eles sobre se o entrevistado quer ou não permanecer anônimo. - Este tipo de atividade também oferece oportunidade de discutir integridade, ética e lei no contexto da escola e em pesquisa. - Discussão final: que tipos de problemas com integridade, ética e lei os estudantes consideram possível acontecer no futuro? Quais são algumas maneiras de os solucionar?



UNODC

Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

Vienna International Centre, P.O. Box 500, 1400 Vienna, Austria
Tel.: +43-1-26060-0, Fax: +43-1-26060-5866, www.unodc.org